



ATA - CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADOS DE MANAUS – CMR Nº 09/2020
(07/05/2020 – 10h)

Ata da reunião sobre a Exposição do Decreto nº 4.813, de 24 de abril de 2020, que prorroga a suspensão da cobrança do sistema de estacionamento denominado "Zona Azul"; e Apresentação e discussão dos Projetos de Lei nº 102/2020, Ver. Amauri Colares; nº 061 e 063/2020, Ver. Isaac Tayah; nº 080/2020, Vereador Prof. Fransuá, da Câmara Municipal de Manaus; nº 162/2020, Deputada Alessandra Campêlo; nº 141/2020, Deputada Joana Darc e nº 125/2020, Deputados Estaduais, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, referentes ao Serviços Públicos Delegados para a cidade de Manaus, pelo Presidente do Conselho e da AGEMAN, Fábio Alho.

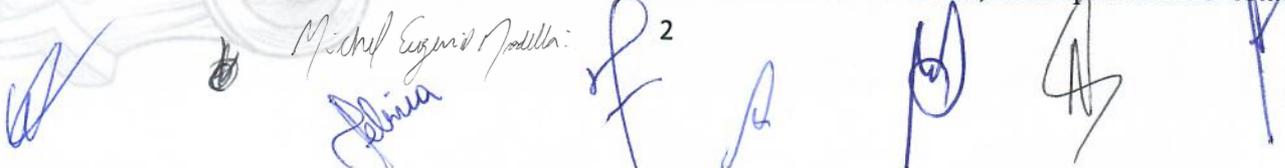
Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, com início às dez horas e treze minutos, a Reunião foi realizada através de vídeo (Skype). Reuniram-se os(as) Conselheiros(as) Helrima de Fátima Oliveira da Silva, da CUC; Conselheiro Antônio Carlos da Silva, da FIEAM; Paulo Rodrigues de Souza, Suplente da SEMEF; Alessandro da Costa Rodrigues, da SEMINF; Nelson Costa da Silva, da CMM; Karina Lima Moreno, da OAB e Michel Eugênio Madella, das Concessionárias. A sessão foi presidida pelo Presidente do Conselho e da AGEMAN Fábio Augusto Alho da Costa. Participou também o senhor Alex Ramos Batista, Assessor de Informática da AGEMAN. O Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos. Passou para a primeira parte do expediente, com a verificação do quórum, no qual todos estavam presentes. O registro da presença será feito na Agência Reguladora, da melhor maneira para que não haja aglomeração de pessoas, presencial ou via digital em virtude do novo Coronavírus. Envio da ata via eletrônica para verificação e eventuais correções e posterior assinatura. O Presidente do Conselho disse que devido a pandemia, vai baixar uma portaria interna, juntamente com as competências e determinações para legalizar as reuniões via eletrônica e ficar mais consolidada. Passou a palavra aos Conselheiros para expor sobre a quarentena, os serviços delegados na cidade de Manaus e do levantamento do andamento dos serviços em cada secretaria e entidade. O Conselheiro Alessandro Rodrigues se manifestou dizendo que foi acometido pelo novo Coronavírus, mais está se recuperando. Sobre os serviços estão sendo

Michel Eugênio Madella:

1

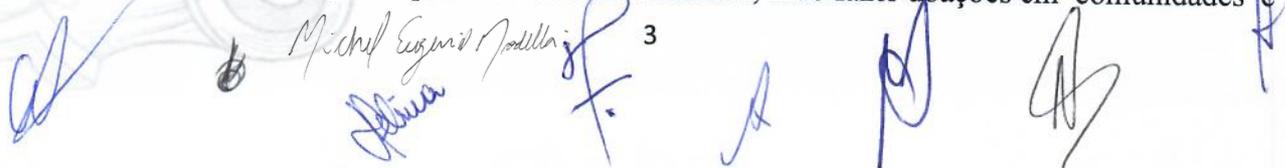


executados na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, o problema maior no momento é na parte de drenagem, devido o período de chuvas e está com uma equipe reduzida, que a maioria dos servidores tem mais de 60 anos, está prejudicando um pouco os serviços. Estão trabalhando na medida do possível para que a execução dos serviços seja realizada com êxito. O Presidente do Conselho Fábio Alho, disse que soube do Conselheiro Alessandro Rodrigues, do acometimento com o novo Coronavírus e que estava acompanhando as informações e a recuperação do mesmo, foi tratado na residência dele, tomou todos os medicamentos pertinentes ao vírus. O Conselheiro Paulo Rodrigues da SEMEF, falou dos andamentos dos serviços na cidade de Manaus. Que em relação as atividades na SEMEF, estão trabalhando também na medida do possível, como trabalham com pulsos eletrônicos e eventos, algumas atividades operacionais realizadas em campo, não foram tão prejudicadas. As grandes demandas que tem surgido para eles de fato, são as atividades econômicas nesse período de pandemia, são as solicitações de licenças, alvarás provisórios, estão providenciando na medida do possível, uma maior abertura para que viabilize as atividades econômicas na cidade de Manaus. Em relação à pandemia, informou que diretamente a arrecadação do Município, não tem afetado tão drasticamente. Que as receitas transferidas que são a maior parte, é que estão sendo bastante afetadas e tem comprometido um pouco a execução orçamentária. O Conselheiro Michel Madella falou está acompanhando as notícias de Manaus e que são boas. Falou da situação de alguns amigos, também de trabalho, da situação do senhor Arlindo, funcionário da empresa AEGEA, que foi acometido pelo novo coronavírus, que estava em estado gravíssimo, mas está se recuperando, que ainda requer cuidados, está sedado e em tratamento, que a cada dia tem notícias de melhoras. Soube das depredações das pias instaladas em pontos da cidade de Manaus, através do Município e a Concessionária para higienização das mãos, para pessoas em situação de rua. Na medida que avança a pandemia, fica muito ruim, caracteriza que as pessoas não estão contribuindo, com isso muda toda a rotina de uma cidade. Quanto aos serviços viu que estão sendo executados, conta com os avanços para melhora da pandemia, que logo tudo seja resolvido. O Conselheiro Antônio Silva, desejou melhoras para o senhor Arlindo da AEGEA, que logo se recupere do coronavírus. Com relação a pandemia, está ruim para todos, acompanha os dados que são publicados pela Secretaria Municipal de Saúde do Estado e pelos meios de comunicação do que está acontecendo no Brasil e no mundo. A Conselheira Karina Moreno, disse que na OAB estão





trabalhando em home office desde que foi decretado calamidade pública, tem prestado serviços aos inscritos da melhor maneira possível dentro das condições que cada um tem, que estão fazendo a campanha da vacinação da H1N1, projeto dos advogados, está em andamento, fizeram escala para que a maioria possam ser vacinados. Sobre a situação da pandemia, está acompanhando todos os movimentos do que está acontecendo de forma pública. Estava comentando antes da reunião com o Conselheiro Antônio Silva, da solicitação da FIEAM em fazer parte do processo, da tentativa do fechamento total na cidade de Manaus, solicitado pelo ministério Público, dos atropelos, dos apoios técnicos, que são lamentáveis quanto a isso, disse que causa um constrangimento e que demonstra um certo despreparo, que a instituição estava bem quieta, mas resolveram se movimentar. Tem acompanhado as notícias, sobre os fatores econômicos, paralelos com as precauções da área da saúde, do que está prejudicando mais ou menos, uma situação muito triste, está complicado, mas independente de questão política, pelo lado humano, não seria momento para estarem se aproveitando da situação para levar as questões para o lado de uns e de outros, que está sendo muito triste ver isso, a crueldade das pessoas, não pensam, os líderes políticos não conseguem dividir as coisas, que o momento seria de total apoio ao governo para solucionar tudo, gostando ou não, uma situação que ninguém sonhava em passar, está bastante complicado. Que tem acompanhado tudo, enquanto instituição e tem tentado estar ao lado da população, focando e apoiando as atitudes que mais promovem o bem da maioria, é dessa maneira que está acompanhando os acontecimentos. A Conselheira Helrma Silva disse que na CUC todos estão vivendo um momento de apreensão. Os comunitários não sabem a quem recorrer, porque muitas instituições não estão funcionando adequadamente, somente em home office e não estão apresentando todo o trabalho e estão sem saber para onde recorrer, mas que a CUC tem tentado ajudar da melhor maneira possível, encaminhando os documentos para ver quem pode solucionar os problemas. Nas questões das doações de alimentos, recorrem a quem possa ajudar, porque trabalham com pessoas bastante vulneráveis com dificuldades financeiras, que muitos não tem como se manter, tornando-se complicado para aqueles que não tem recurso financeiro. Que o senhor Altair, o atual Presidente da CUC, mas que legalmente ainda não está concretizado, porque os cartórios estão com os serviços reduzidos. Ele está doente, não sabe se está com o vírus, são tantas informações nas redes sociais, ficou apreensivo e ainda não fez o teste do COVID-19. Ele participou com a Cruz Vermelha, indo fazer doações em comunidades e





ficou muito resfriado, com todo o sintoma do coronavírus. Que realmente o vírus está próximo das pessoas, tem que ter muito cuidado na higienização. Lamentou pelos furtos das pias que foram instaladas para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade nas ruas. Que ouviu no rádio uma ouvinte dando uma sugestão para colocação de pias mais simples, para evitar os furtos. Que Prefeitura está fazendo de tudo para ajudar a população, mas o povo não coopera, e a questão política está complicada também, é uma situação lamentável e preocupante. O Conselheiro Nelson Costa falou que realmente o vírus está próximo de todos, tem que ter muito cuidado. Fez alguns apontamentos, que a Câmara Municipal está parada, os vereadores estão fazendo reuniões eletrônicas. Que a Prefeitura em parceria com a Concessionária Águas de Manaus fez um excelente trabalho com as instalações de pias, foi triste ver o ato de furto, todos fazendo sua parte e um minoria atrapalhando os serviços com esse tipo de atitude, que vai contra a ajuda humanitária. Que o Coronavírus em Manaus, não pelo volume, mais pela situação dos hospitais que estão quase nos limites, é um problema. Que o Ministério Público deveria olhar mais a situação, pela paralização total dos serviços, se foi solicitada a paralização, é porque a situação está piorando na cidade de Manaus, os médicos estão na linha de frente, lidando direto com o vírus. Mencionou da falta de mão de obra, inclusive a Gol fez uma homenagem aos médicos que estavam chegando em Manaus, que realmente todos estão em uma situação muito crítica, num pico cada vez subindo em tão pouco tempo. Perguntou ao Conselheiro Antônio Silva, como está de saúde o Conselheiro Nelson Azevedo. Foi respondido que está muito bem e o representando em algumas reuniões. O Presidente do Conselho, Fábio Alho pediu a palavra externando o profundo pesar da AGEMAN e do Conselho pela perda irreparável, não só pelo profissionalismo, mais pelo amigo, o senhor Sérgio Melo. Pelos anos que atuou na FIEAM e no Conselho Estadual de Regulação, nas viagens à Brasília quando coincidia de estar juntos no mesmo voo, as conversas técnicas, políticas, operacionais, que foi uma perda muito grande para a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, tem pessoas gabaritadas, mas será estranho sem ele, era muito inteligente e articulado, foram as palavras deixadas pelo Presidente. O senhor Antônio Silva agradeceu as palavras proferidas pelo Presidente do conselho Fábio Alho, que realmente perdeu um grande amigo. O Presidente do Conselho Fábio Alho, passou para a segunda parte da Ordem do dia, com a Exposição do Decreto nº 4.813, de 24 de abril de 2020, prorrogando a suspensão e cobrança dos serviços do sistema de estacionamento

Michel Eugênio Nodella 4
Fábio



rotativo pago, denominado "Zona Azul", em todo o Município de Manaus, em face da pandemia do COVID-19. O Decreto inicial foi o nº 4.762, de 25 de março, dando trinta dias, em uma nota técnica com o parecer da AGEMAN para evitar o contato dos monitores do Zona Azul e até mesmo do atendimento ao público no escritório, já que o estado já tinha decretado o fechamento de todos os estabelecimentos comerciais, tanto no centro da cidade, quanto em toda parte da cidade de Manaus. Efetivamente emitiu uma nota técnica que foi encaminhada para a Casa Civil, foi acatada pelo Poder Concedente, sendo prorrogada por mais trinta dias, até o dia 31 de maio de 2020 e que em cinco dias antes do término da vigência do decreto, a AGEMAN fará uma nova análise e o acompanhamento em campo, fará o relatório técnico e encaminhará novamente ao Poder Concedente. Perguntou aos Conselheiros se havia alguma dúvida quanto a explicação do decreto exposto. O Conselheiro Michel perguntou ao Presidente acerca do Lockdown, do pedido e do andamento se já tinha alguma movimentação na Agência Reguladora e se iria para o Conselho para manifestação. Foi respondido que a AGEMAN está acompanhando junto com a Prefeitura Municipal, porque foi um pedido do Ministério Público, foi despachado para o plantão, que designou ao juiz e que foi indeferido. Com a informação do dia, que o Ministério Público vai recorrer da decisão do juiz em primeira instância com o Tribunal ainda neste dia. O Poder Concedente não acha melhor o posicionamento e sim o fortalecimento na fiscalização, principalmente na Zona Leste, que ainda se encontra com muitas pessoas na rua e os índices de mortalidade vem crescendo a cada dia, não está havendo diminuição. Em tese a Prefeitura está deixando a cargo da justiça para fazer a análise, dos argumentos técnicos e jurídicos para tomar decisão e o que for decidido pela justiça, independentemente de qualquer coisa, vai ser acatado pelo Poder Concedente e pelos Serviços Públicos Delegados, com todas as ações efetivas que tem que ser feita pelas concessionárias. Estão aguardando as decisões e vai ser colocada no grupo. Passou para a próxima Apresentação e discussão de Projetos de Lei. Disse que na sétima reunião foi apresentado alguns projetos de Lei, oriundos da Câmara Municipal de Manaus, da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado do Amazonas, projetos de Lei vindo do Legislativo e do Executivo Municipal. Foram feitas análises técnicas e jurídicas do encaminhamento do Projetos de Lei com a Diretoria de Gestão e Tarifa, pelo impacto tarifário, com a Diretoria Jurídica para os desdobramentos legais e efetivos do Projeto de Lei, foi conversado com o Poder Concedente e com as concessionárias, foi feita a

Michel Eugênio Mendes

5



representatividade e análise conforme triângulo regulatório com os usuários. Ressaltou, que são projetos que em tese jurídica, são de origens erradas, não compete a esses poderes a implementação desses projetos, todos eles foram feitos uma análise técnica e jurídica errada, que não é de competência deles. Que os serviços são de ordem e competência Municipal, como a iluminação pública, o saneamento básico na cidade de Manaus e outros Federais como as telecomunicações, dentre outros. O primeiro Projeto de Lei foi do Vereador Isaac Tayah, que efetivamente envolve políticas tarifárias, de isenção e do não pagamento. Todos os Projetos de Lei da Câmara Municipal, são feitos pareceres técnicos, é encaminhado ao Secretário de Articulação Política da Prefeitura, o Secretário Carijó, depois é encaminhado ao Poder concedente para fazer a análise e também ao Presidente da Câmara Municipal. Todos os projetos oriundos da Câmara Municipal que foram votados e aprovados, não são sancionados pelo Prefeito Municipal, porque o Decreto implementado da indigência da Prefeitura Municipal, que vence no dia 24 de maio, está contemplado todos os posicionamentos, seja Estadual ou Municipal, no tocante do não ao corte das economias no abastecimento de água. Durante a vigência do decreto será analisado antes do fechamento. Não poderá cortar o abastecimento de água, porque já está contemplado e se não pagou e se ficou inadimplente, a concessionária não poderá cortar e não está cortando porque a fiscalização está acompanhando. Foi feito pelo Poder Concedente, caso o usuário não tenha pago a conta, prorrogação para o próximo mês ou subsequente, todas as contas foram prorrogadas. Não pagou, tira os juros e multas das contas, derruba uma enxurrada nos Projetos de Lei Estaduais e Municipais. Fora isso, no mesmo decreto da Prefeitura Municipal está muito completo, com a prorrogação das contas, terão condições especiais de pagamentos juntamente com a concessionária, acompanhada pela Agência Reguladora. Além da prorrogação de pagamento, poderão também pagar as contas em até 120 vezes. Tudo isso foi feito uma análise de impacto financeiro e tarifário, justamente para contemplar e terem margem de pagamentos dos usuários dentro de uma renda futura familiar. Foi estudado com a própria Agência Reguladora também e passado para o Poder Concedente, para as concessionárias, que ajudam os usuários, as análises técnicas operacionais para não haver impacto nos serviços e um colapso no sistema. Há Projetos de Lei, como o da Deputada Alessandra Campêlo, para o não pagamento das contas durante seis meses, é um absurdo e que o não pagamento vai colapsar o sistema. A AGEMAN tem os dados efetivos com 35% de inadimplência. Tinha chegado para a cidade de Manaus no

Michel Eugênio Jordella

John

A

M

A

A



saneamento em torno de 5% de inadimplência. Se fomentar o não pagamento, vai dobrar o consumo de água. Existem reservatórios, vai passando a água, não está reservando mais, trata a água, reserva e distribui, está só passando, porque tem a quarentena, as pessoas estão em casa, o consumo efetivo não só de água, como de energia, telefonia e internet, só aumenta. Os Projetos de Lei serão disponibilizados para leitura aos Conselheiros. Está rechaçando todos eles, que naturalmente faz o comunicado ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao próprio Deputado que é o provocador de origem da proposta, explicando dentro das razões técnicas e monitorando, inclusive capitaneando as cartas oficializadas da concessionária, no caso do saneamento da Águas de Manaus, que também faz as explicações referentes a estes tipos de Projetos de Lei. A AGEMAN está fazendo uma nota técnica e um parecer técnico, encaminhando juntamente com a carta da concessionária e dirigindo aos Vereadores, ao Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara e ao Governador do Estado do Amazonas, caso passe pela casa Legislativa para o não sancionamento, poderá acarretar um colapso de alguns serviços, principalmente de energia e de abastecimento de água. Até porque são competências distintas e não podem fazer isso, é uma inconstitucionalidade. A Águas de Manaus no direito assegurado dela, já entrou na justiça, está se defendendo em uma ação judicial, interposta pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas nessa competência, mas algumas, no caso da ação judicial da Defensoria, está em conjunto com o decreto, estão conseguindo harmonizar a decisão judicial da Defensoria Pública. O Decreto implementado pela Municipalidade está muito bom, foi trabalhado nesse sentido, conversado com alguns usuários, com o Poder Concedente, concessionária, está sendo monitorado o decreto, vai ser tratada a prorrogação ou não, terá 5 a 7 dias úteis para resolver sobre isso. Será encaminhado a decisão do Poder Concedente e aos Conselheiros. Tem Projetos de Lei, que alguns são similares, como o do Vereador Isaac Tayah com o Projeto de Lei 063/2020, o Projeto de Lei nº 162/2020, da Deputada Alessandra Campelo no mesmo sentido, não especificou a entrada do pedido porque foi basicamente o que foi falado anteriormente. Tem o Projeto de Lei nº 125/2020, que foi uma ação conjunta de todos os deputados, falando também do não pagamento e corte, repetem os mesmos assuntos. O Projeto de Lei nº 102/2020, do Vereador Amauri Colares, nº 080/2020, do Vereador Prof. Fransuá e o nº 141/2020, da Deputada Joana Darc. Achou um absurdo, o projeto de Lei, com função tardia, para não cobrar dos hospitais e das escolas. Dos hospitais não está sendo cobrado desde o início da pandemia, mesmo sem

[Handwritten signatures and marks]

Michel Eugênio Medeiros 7

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Digite o texto aqui



decreto, é uma ação judicial, que está sendo acompanhada. A concessionária Águas de Manaus está higienizando vários pontos de ônibus, com água e desinfetante, são ações que independente de lei e de força política, estão sendo realizadas e não estão sendo cobrados os serviços. Há um convênio do hospital de campanha com a municipalidade, a SEMSA. Mesmo o governo do estado em dívida com a concessionária Águas de Manaus, a concessionária continua fornecendo água para os hospitais, 28 de Agosto, Delphina, não há cortes nos serviços, que o Legislativo não está tendo conhecimento. A AGEMAN tem que zelar por uma boa regulação no contrato, há um desequilíbrio econômico e financeiro no contrato imenso, um estouro muito grande e com isso a AGEMAN orienta o Poder Concedente sempre atualizar as informações e para que paguem as contas, está sendo informado ao Legislativo Municipal, Estadual e ao Governador. Tudo está sendo oficializado, consolidado, protocolado, é até constrangedor, foi conversado com todos, são ações de origens inconstitucionais, que as pessoas aprovam, sancionam e mandam, poderá colapsar o sistema dessa maneira. O Presidente do conselho Fábio Alho falou referente aos Projetos de Lei, o 063/2020, do Vereador Isaac Tayah, 102/2020, do Vereador Amauri Colares, nº 080/2020, do Vereador Prof. Fransuá, DA Câmara Municipal de Manaus, na Assembleia Legislativa o nº 141/2020, da Deputada Joana Darc, nº 125/2020, ação coletiva dos Deputados. Apresentou e discutiu com os Conselheiros sobre os Projetos de Lei porque foi muito séria a situação exposta e a AGEMAN tem tomado as devidas providências nesse sentido. Está encaminhando as cartas recebidas da concessionária Águas de Manaus e os protocolos que foram enviados ao Governador, Presidente da Câmara e aos Deputados. Que alguns Projetos são pertinentes e há uma boa intenção, mas que já estavam contemplados no início da pandemia, que fez valer todas essas ações e as outras que não estão contempladas, já estavam sendo executadas e fiscalizadas pela AGEMAN, das concessionárias, a própria manutenção, da parte energética apesar de não ser competência da AGEMAN, está sendo acompanhada junto com a Amazonas Energia. Não está faltando energia nos hospitais, nas UBS's, está sendo tudo monitorado, tem uma equipe só para manutenção energética dessas áreas. Os trabalhos estão sendo executados e efetivamente é isso que está acontecendo. Ao término da apresentação, passou a palavra aos Conselheiros. Manifestou-se o Conselheiro Nelson Costa, achou uma excelente explicação, bem suscinta do assunto em pauta e que a população não tem o conhecimento de todos os decretos da Prefeitura. O Presidente do Conselho perguntou se ainda havia alguma dúvida quanto aos

Michel Eugênio Nodella:



Projetos de Lei expostos. O Conselheiro Antônio Silva, pediu a palavra, disse que fez uma pesquisa e sobre o que foi exposto dos Projetos de Lei, que as informações eram necessárias e coesas, tinham ações prévias, já estava sendo tomada, que faltou um elo de comunicação, para que não chegasse ao ponto que chegou. O Presidente do Conselho falou que antes da sétima reunião, foi apresentado dois Projetos de Lei aos Conselheiros. Que o Prefeito ligou para o governador para não sancionar algumas leis, para preservar o sistema e para não colapsar, inclusive esse Projeto de Lei que foi apresentado no coletivo de todos Deputados, para o não pagamento da conta de internet, energia e de saneamento até o final do ano, isso foi um absurdo, foi ajustado da melhor forma. O Conselheiro Antônio Silva disse que é isso mesmo, porque a Deputada quando fez o Projeto de Lei, deveria ter sentado e conversado com os autores dos outros Projetos de Lei, para saber qual efetivamente era necessário, faltou uma série de fatores e comando a serem tomados, a exigência que está sendo feita é de forma desacerbada, tem que ser de forma mais coerente. O Presidente do Conselho disse que segue nessa linha de entendimento, explicou que infelizmente não tem como antecipar os Projetos de Lei, porque ninguém sabe o que cada legislador pensa, o que pode fazer é informar que tem uma Agência Reguladora atuante, já consolidada e que pode determinar e informar de forma muito prática e didática sobre os serviços. Que não sentiu confortável em ter que informar que a Casa Civil do Governo do Estado ache o Projeto de Lei Constitucional, sancionaram uma ação inconstitucional, foi ruim o que foi feito, essa ação poderá ser revista a qualquer tempo, foi exatamente isso que o constrangeu, mas está zelando pelo bem maior, que é a segurança dos serviços delegados da cidade de Manaus, de uma instituição já consolidada, com autonomia de gestão pelo Poder Concedente e tentar ajustar da melhor forma possível, tendo uma resposta muito positiva das concessionárias regulada ou não pela municipalidade. Que tem contato direto com os Presidentes da Água de Manaus e da Amazonas Energia, com os representantes legais, sócios da parte energética, do Zona Azul, das municipalidades, são ações que não tem como antecipar, mas assim que toma conhecimento das informações das concessionárias, Águas de Manaus e Amazonas Energia. A Assessoria Jurídica da AGEMAN, está atenta as publicações e tenta interceder e encaminhar imediatamente assim que recebe, por via digital, mas também faz a interlocução política e técnica, ligando para a Casa Civil, para o Carijó, falando com alguns Vereadores, que foi importante externar as informações para os Conselheiros. Franqueou a palavra para fechar a Ordem do Dia para qualquer comentário. A Conselheira

Michel Eugênio Medeiros 9



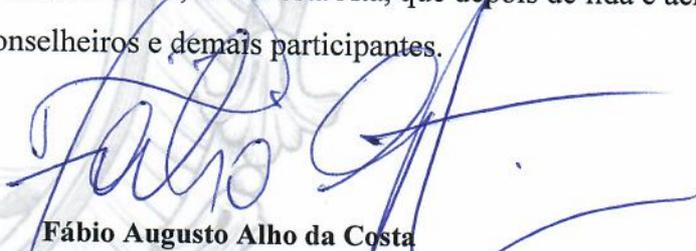
Helrma, pediu a palavra e disse que é de suma importância os esclarecimentos, porque para a população que não tem a informação técnica das questões dos Projetos de Lei pela Câmara e Assembleia. Só veem o lado positivo, achando muito pelo lado politiqueiro, acabam achando que a informação é certa, foi bom ouvir a explicação e depois poder passar para as comunidades, porque muitos Presidentes de Associações não têm esse tipo de informação. O Presidente do Conselho Fábio alho, achou pertinente a colocação da Conselheira, a mesma coisa colocada pelo Conselheiro Antônio Silva, que converse com os autores do Projeto de Lei, porque tem uma Agência Reguladora que faz a regulação, é o estado ou é a AGEMAN. Que desde o início da ARSAM, no ano de 2005, é do conhecimento deles e sabem do trabalho da Agência Reguladora, estão vendo uma coletividade maior que é a população, representada por eles, teriam que conversar, tem o decreto implementado pelo município que informa sobre o assunto. Seria ótimo se conversasse também com a concessionária Águas de Manaus. Se queriam fazer uma ação tecnicamente boa e acessível, conversasse com todos, teriam que trabalhar em conjunto, mas foi cada um em direções diferentes, foi muito ruim as informações e agora evitar uma propagação maior para a coletividade. O Conselheiro Nelson Costa, disse porque não solicitaram essas informações. Foi respondido que foi feito pela Presidência da AGEMAN os contatos com alguns parlamentares, dando explicações e dando informações quanto o que foi exposto nos Projetos de Lei. Passou para a terceira parte com assuntos de ordem geral, dizendo que foi passado a todas as secretarias e entidades a solicitação da renovação ou recondução dos mandatos dos Conselheiros, verificando a alternância de algumas representatividades, que alguns já receberam os ofícios e já responderam e assim que retornar a resposta para a AGEMAN, será instruído o processo para encaminhar a Casa Civil, porque eles recebem muitas demandas e poderá demorar um pouco. Tem o protocolo eletrônico da AGEMAN para o recebimento e envio das correspondências, será disponibilizado para melhor andamento das informações. Qualquer dúvida, fazer o contato com o Jurídico, a Secretária do Conselho para dar andamento nos tramites das documentações. A Conselheira Karina Moreno, disse que poderia usar alguns documentos, que não há necessidade de mudança, poderiam ser aproveitados, mas outros atualizados. O Presidente do Conselho disse que é importante que todos fiquem atentos as informações quanto as renovações ou reconduções dos mandatos. Será um mandato para mais dois anos, será necessário a continuidade dos serviços da AGEMAN, até porque precisa mais do que

 Michel Eugênio Jordella: 10

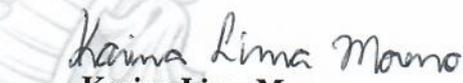

  



nunca, não só da consolidação do Conselho, mais precisa de pessoas atualizadas e familiarizadas na regulação, justamente nos serviços públicos delegados para dar continuidade nos trabalhos. Precisa fortalecer o Conselho na tomada de decisões na pós pandemia, nos próximos anos, até porque, o mandato do Presidente do Conselho Fábio Alho segue por mais 1 ano, consolidando a AGEMAN, o Conselho na representatividade, na Lei da AGEMAN permite a rotatividade dos Conselheiros, que legalmente está muito bem representado. Passou para assuntos diversos, que a próxima reunião será dia 14 de maio, manter o horário de 10h, se houver qualquer mudança na data da reunião serão informados em tempo hábil. Disse que nos próximos meses com a aceitação de todos, pretenderá fazer uma reunião física e outra eletrônica por mês, vai ser baixada uma resolução normatizando e consolidando os serviços, caso todos concordarem, ficou em aberto para discussão. Os Conselheiros acharam uma excelente ideia e concordaram com a solicitação do Presidente do Conselho. Falou que na volta da quarentena ainda vai haver necessidade de reuniões eletrônicas, porque os serviços vão voltar parciais, ainda está sendo estudada uma vacina, não é uma coisa tão simples de lidar, será algo ainda demorado nos próximos meses, será pertinente o cuidado, o uso de máscaras, a higienização das mãos, o isolamento e aglomeração quanto menos possível, todo o cuidado, seguindo os protocolos da OMS, da Secretaria de Saúde do Município e do Estado da cidade Manaus. Que ainda será feito um estudo do impacto financeiro e econômico em relação a pandemia. Que uma reunião eletrônica, evita o deslocamento, as vezes estando em uma possível viagem e voltar também a fazer as reuniões itinerárias dentro das representatividades. Desejou saúde e agradeceu a presença de todos, a reunião foi encerrada às 11 horas e 46 minutos. Nada mais havendo a tratar, lavrei esta Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros e demais participantes.


Fábio Augusto Alho da Costa
Conselheiro Presidente do CMRAGEMAN


Shirley de Lima Neves
Secretária do Conselho/AGEMAN


Karina Lima Moreno
Conselheira Representante da OAB


Helrma de Fátima Oliveira da Silva
Conselheira Representante da CUC





Antônio Carlos da Silva
Conselheiro Representante
da FIEAM



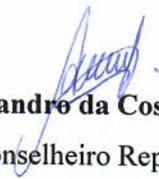
Nelson Costa da Silva

Conselheiro Representante da CMM

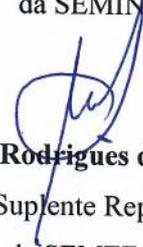


Michel Eugênio Madella

Conselheiro Representante das
Concessionárias



Alessandro da Costa Rodrigues
Conselheiro Representante
da SEMINF



Paulo Rodrigues de Souza
Conselheiro Suplente Representante
da SEMEF



Alex Ramos Batista
Assessor de Informática/GEMAN